



Jornal de Notícias 20 de março de 2019



Pediatria em contentores há quase dez anos

- Construção da nova Pediatria parada desde 2016
- Obra recomeçará entre o fim do ano e início de 2020

Além da Pediatria, o Hospital de S. João já teve outros serviços em pré-fabricados, como é o caso da Neurocirurgia.



Pediatria do Hospital S. João, no Porto, funciona em contentores

# Investigado aluguer de contentores no S. João

## “JOÃOZINHO”

**Posse administrativa**  
Terminada a “vigência do acordo de cooperação” entre o S. João e a associação Joãozinho, o hospital anunciou que vai tomar “posse administrativa” dos terrenos onde há três anos a associação iniciou a construção da ala pediátrica.

## Ações judiciais

A associação Joãozinho interpôs uma ação em tribunal para que o S. João liberte o espaço ocupado atualmente pelo serviço de sangue, com vista ao recomeço da obra. Também os pais das crianças tratadas nos contentores pretendem responsabilizar criminalmente quem mandou parar a obra.

**Ministério Público abriu inquérito após denúncias de adjudicações a diferentes empresas de Gaia**

*Marisa Silva*  
locais@jn.pt

**PORTO** O Ministério Público abriu um inquérito para investigar os contratos celebrados entre o Hospital de S. João, no Porto, e as empresas que alugam os contentores onde funcionam alguns serviços daquela unidade hospitalar, como é o caso da Pediatria, instalada há quase uma década em estruturas pré-fabricadas.

Em abril do ano passado, a bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, tinha alertado para o facto das adjudicações se-

rem feitas a diferentes empresas, mas cujo representante era sempre o mesmo.

Segundo o portal Base, onde podem ser consultados os contratos públicos, entre 2014 e 2019, o S. João assinou cerca de 40 contratos, no valor de mais de dois milhões de euros, com quatro empresas distintas sediadas em Gaia. Três delas são representadas pela mesma pessoa, sendo que a restante é representada por pessoas com o mesmo nome de família do responsável das outras três.

## INQUÉRITO INTERNO

“Enviámos [para o Ministério Público] uma série de documentos que recebemos na Ordem [dos Enfermeiros]. As empresas são todas porta com porta, no mesmo complexo e isso levanta dúvidas”, referiu ao JN Ana Rita Cavaco, afirmando não

ter sido contactada pelo Ministério Público e mostrando-se disponível para colaborar com a investigação.

De acordo com o S. João, no ano passado, a Administração abriu “um processo de inquérito para o qual pediu à Administração Regional de Saúde do Norte a nomeação do instrutor”. Concluiu-se que “não existiam factos concretos ou indícios de irregularidades criminais ou disciplinares”.

“A bem da transparência, [o Conselho de Administração] decidiu enviar o relatório final do processo, acompanhado do parecer da Assessoria Jurídica, à senhora Procuradora-Geral da República para conhecimento e realização das diligências entendidas como adequadas”, informou o hospital.

O JN pediu esclarecimentos ao Ministério da Saúde, mas não obteve respostas. ●